

5 Conclusão

A dissertação se propôs a mostrar como houve a formação de um discurso dominante sobre as crianças-soldado a partir da reprodução de narrativas construídas ao longo de um processo de interação dos órgãos das Nações Unidas e das organizações não governamentais¹ que se mobilizaram durante a década de noventa para banir a participação de crianças dos campos de batalha das guerras contemporâneas situadas nos países do Sul e da Ex-União Soviética.

Procuramos mostrar ao longo dos capítulos como a mobilização dos órgãos das Nações Unidas, em parceria com organizações não governamentais, foi permeada por movimentos complementares que incentivaram a criação de iniciativas multilaterais em torno da proteção dos meninos e meninas envolvidos nas guerras contemporâneas.

A formulação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) envolveu a participação dos órgãos das Nações Unidas junto com organizações não governamentais com o objetivo de assegurar as condições indispensáveis para o desenvolvimento físico, emocional e psicológico das crianças por meio da implementação dos seus direitos (Breen, 2003).

A CDC institucionalizou um conceito de infância baseado no modelo desenvolvimentista que a define como uma fase da vida que dura do nascimento até os dezoito anos na qual a criança passa por uma transição natural de um estado de imaturidade e consequente dependência até a formação de um adulto saudável, racional e autônomo. Segundo o modelo, as crianças ainda não possuem as características necessárias para participar das atividades políticas, inclusive da guerra, por isso são construídas como parte da esfera privada onde devem ser

¹ Os órgãos das Nações Unidas referem-se àqueles envolvidos com a proteção dos direitos da criança: UNICEF, Comitê para os Direitos da Criança e Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados. As organizações não governamentais referem-se, principalmente, à Coalizão para o Fim da Utilização das Crianças-Soldado, formada em 1998. A CFCS reúne as seguintes organizações não governamentais: *Human Rights Watch*, Anistia Internacional, Aliança Internacional *Save the Children*, Federação Internacional *Terre des Hommes* e *Jesuit Refugee Service*. Esses foram analisados pela dissertação como os atores responsáveis pela formulação do discurso dominante sobre as crianças-soldado.

protegidas para a plena realização do seu processo de formação (Boyden, 1996; Brocklehurst, 2006; Puvavac, 2001a; Rosen, 2005).

Partindo da CDC, o aumento do número de crianças recrutadas em decorrência da intensificação dos conflitos armados nos países do Sul e da Ex-União Soviética ao longo da década de noventa foi interpretada pelos órgãos das Nações Unidas e pelas organizações não governamentais como consequência da emergência de uma nova natureza da guerra, marcada pela violação de todos os padrões internacionais, sobretudo, o direito internacional humanitário e os direitos humanos (Rosen, 2005; Macmillan, 2009). Por conseguinte, o PECCA se transformou no principal instrumento de defesa desses atores para acabar com o recrutamento de crianças (Rosen, 2007; Park, 2010).

A formulação do PECCA tinha o objetivo criar uma norma internacional específica relativa ao envolvimento de crianças em conflitos armados, proibindo, dessa maneira, a participação de todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos de qualquer forma de participação tanto nas forças armadas dos Estados quanto em grupos armados (UNICEF, 2003).

Como resultado desses movimentos, Graça Machel foi nomeada pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, para desenvolver um relatório sobre o efeito das guerras contemporâneas nas crianças e para formular meios para a sua proteção, ou seja, o relatório pretendia não somente denunciar o impacto dos conflitos armados nas crianças, que a autora denomina de “intolerável” e “inaceitável” (Machel, 1996, p.9), mas também propor ações práticas para minimizar e acabar com os seus efeitos.

O Relatório Machel se tornou a principal referência internacional sobre o assunto, incentivando tanto a criação do Gabinete quanto o avanço de iniciativas no âmbito internacional para proibir o recrutamento de crianças (CFCS, 2001; Rosen, 2007; Singer, 2006; Dallaire, 2010). A principal delas foi o fortalecimento da defesa pela assinatura do PECCA e pela inclusão nos tratados de paz dos programas de DDR voltados especificamente para as crianças-soldado (Machel, 1996).

A autora utilizou a CDC como fonte para guiar seu estudo sobre os efeitos das guerras contemporâneas nas crianças na medida em que a CDC, ao ser ratificada por quase todos os países, foi interpretada por Machel como a criação de um padrão universal de proteção que procura garantir a todas as crianças as

suas necessidades básicas para o seu crescimento, independentemente de suas culturas (Machel, 1996, p.10).

Segundo a autora, os ambientes de conflito nos quais as crianças estão expostas seriam responsáveis pela violação de todos os seus direitos devido à configuração de uma nova natureza da guerra, caracterizada pelo ataque sistemático aos civis, pela destruição dos meios indispensáveis para a sua sobrevivência e pelo desmantelamento das estruturas estatais (Machel, 1996, p.14). Nesses ambientes, as crianças perderiam todas as suas fontes de proteção, se tornando vítimas do alto grau de violência desses conflitos e da exploração dos grupos armados que as utilizariam como combatentes ou para realizar outras funções (Machel, 1996, p.9).

Assim, a associação entre a natureza das guerras contemporâneas com a emergência do fenômeno das crianças-soldado é central para o relatório, servindo, também, como fundamento para a construção de narrativas sobre o envolvimento de meninas e meninos em grupos armados (Rosen, 2005). Por isso, ao longo dos capítulos, abordamos o Relatório Machel como o marco temporal da dissertação na medida em que se tornou a principal referência para o desdobramento da temática na agenda global e, sobretudo, para a formulação de relatórios e textos acadêmicos, se transformando, portanto, na base para a compreensão da constituição do discurso dominante sobre as crianças-soldado.

Buscamos mostrar no terceiro e no quarto capítulos como o discurso dominante está assentado em narrativas centradas nos seguintes aspectos relacionados. A vulnerabilidade decorrente da violência e destruição dos ambientes marcados pelas guerras contemporâneas seria o fator crucial para explicar o porquê das crianças se tornarem vítimas da exploração por parte de grupos armados. Em razão da sua falta de discernimento sobre a consequência dos seus atos, as crianças são percebidas como combatentes eficazes nas guerras contemporâneas, pois aceitariam se engajar em missões altamente perigosas e violentas (Machel, 1996; Singer, 2006; CFCS, 2001).

Como a infância é conceituada como um estado de dependência e inocência, as crianças ainda estariam em processo de desenvolvimento das suas capacidades físicas, emocionais e psicológicas (Boyden, 1996; 2003). Em função disso, as crianças se tornariam o grupo mais indefeso nos ambientes de guerra contemporâneo na medida em que perderiam todas as suas fontes de apoio

necessárias para a sua formação (Machel, 1996; CFCS, 2001). O último aspecto, portanto, aponta para a criação de meios provenientes das Nações Unidas e das organizações não governamentais para a proteção de todas as meninas e meninos envolvidos nas guerras contemporâneas.

Contudo, conforme ressaltamos no decorrer dos capítulos, essas narrativas partem da definição “ocidentalizada” de infância, institucionalizada pela CDC. A centralidade desse conceito na compreensão das causas e dos efeitos do recrutamento silencia entendimentos alternativos sobre a infância (Rosen, 2005; Brocklehurst, 2006; Macmillan, 2009). Como destacado no quarto capítulo, a infância é construída socialmente dentro de contextos históricos e culturais distintos de forma que as percepções sobre os efeitos das experiências da guerra são interpretadas pelas sociedades e pelas próprias crianças a partir de um entendimento particular sobre o que significa ser criança e quais atividades e meios de aprendizagem e socialização são adequados a ela (Boyden, 1996; Boyden, 2003; Wessells, 2006).

Entretanto, a definição de infância institucionalizada pela CDC é compreendida como universalmente aplicável para todas as crianças. Na CDC, a infância é entendida como um estágio natural, isto é, o processo de desenvolvimento físico, emocional e intelectual é marcado por fases biologicamente determinadas. Desse modo, todas as crianças, independentemente da sua origem, precisariam de condições básicas que devem ser garantidas pelos Estados, pelas sociedades e pelas famílias (ou guardiões legais da criança) devido ao seu estado de dependência e inocência. Por isso, as crianças precisariam de necessidades especiais, como saúde, educação e apoio familiar, para assegurar que a criança se transforme em um adulto saudável e racional (Boyden, 1996; Boyden, 2003; Pupavac, 2001a; Rosen, 2005)

Ora, como a infância é entendida como universalmente aplicável, as causas e os efeitos do recrutamento passam também a ser compreendidos como únicos, independentemente do contexto no qual a criança está inserida. Ao considerar a infância como um estágio natural, a CDC também assume que os meios efetivos de aprendizagem e de socialização devem ser aplicados a todas as crianças a partir da orientação de profissionais especializados que possuem conhecimento sobre os processos mais eficazes de inserção social da criança (Pupavac, 2001a; Pupavac, 2001b).

Nesse sentido, a definição da criança-soldado reproduzida pelo discurso dominante negligencia os aspectos trazidos pelos diferentes contextos onde os meninos e meninas recrutados pelos grupos armados estão inseridos. As narrativas sobre as crianças-soldado generalizam as experiências de cada criança a partir de representações focadas na vulnerabilidade e na vitimização. O discurso dominante, portanto, desconecta a criança-soldado da sua realidade social ao defini-la por meio dessas categorias amplas assentadas no conceito “ocidentalizado” de infância (Rosen, 2005; Macmillan, 2009; Wessells, 2006).

Portanto, procuramos mostrar como a generalização das causas e dos efeitos do recrutamento nas crianças atua na reprodução do imaginário ocidental de infância por meio de narrativas que constroem a criança-soldado em oposição às características ideais da infância. A imagem da criança como combatente nega todas as expectativas dos adultos com relação ao que se espera de um comportamento aceitável para uma criança (Brocklehurst, 2006; Boyden, 2003). Como apontado no quarto capítulo, a constituição da criança a partir de atributos relacionados à inocência, dependência, irracionalidade e imaturidade as excluiriam do espaço público, sendo, dessa forma, associadas ao espaço da casa, da família e da esfera privada. As crianças se transformariam em objetos de proteção e de regulação (Brocklehurst, 2006; Macmillan, 2009).

Além disso, a utilização dos estudos de gênero contribuiu para iluminar a construção social da criança como excluída da esfera política. A partir do reconhecimento de que a política internacional está baseada em relações de gênero, podemos compreender como as discussões sobre as guerras são masculinizadas. A guerra foi construída como um espaço reservado a homens adultos que lutam pelos seus Estados, enquanto que as mulheres e as crianças permanecem na esfera privada, devendo ser protegidas por eles (Enloe, 2007; Tickner, 1996).

Sendo assim, narrativas produzidas pelos órgãos das Nações Unidas e pelas organizações não governamentais, sobretudo, pela CFCS, interpretaram a participação de meninos e meninas em grupos armados como um desvio do seu processo de desenvolvimento em direção à formação de um adulto saudável e racional. Desse modo, o consequente estado de dependência e irracionalidade da criança contribuiria para a sua socialização dentro dos grupos armados, tornando-as obedientes e eficazes para executar as missões comandadas pelos líderes dos

grupos e perpetrar a violência característica dos conflitos armados contemporâneos (Brocklehurst, 2006; Boyden, 2003; Macmillan, 2009).

Por isso, procuramos salientar como as narrativas dominantes justificam a intervenção externa ao representar as crianças-soldado como vítimas, abusadas, mas também como uma ameaça social, devido à reprodução do comportamento violento normalizado dentro dos grupos armados.

Com a desestruturação interna e com o desmantelamento das estruturas estatais causados pelos altos níveis de violência e destruição dos conflitos armados contemporâneos, as redes de apoio indispensáveis para a proteção da criança são quebradas de forma que as sociedades em guerra passam a ser vistas como incapazes não somente de garantir as condições necessárias para a formação da criança, mas também incapazes de reconstruir uma sociedade futura estável. Desse modo, o discurso dominante autoriza a intervenção externa como o único meio capaz de reconstruir as sociedades em guerra a partir da orientação de profissionais vinda de órgãos internacionais especializados (Pupavac; 2001a; Pupavac, 2001b; Park, 2009).

Nesse sentido, argumentamos como a emergência do discurso dominante reafirma a necessidade de existência dos mecanismos de proteção garantidos pelas normas internacionais e pelas instituições multilaterais ao representar as crianças-soldado como reflexo da instabilidade de suas sociedades e da ausência do Estado. Tais mecanismos são compreendidos como os únicos meios que garantem a realização dos direitos fundamentais da criança. Logo, a sua representação como vítima do abuso e da exploração se tornou central para a criação de um aparato institucional destinado a proteger os meninos e meninas envolvidos nas sociedades em guerra (Rosen, 2007; Park, 2010).

Assim, analisamos a emergência do discurso dominante sobre as crianças-soldado durante a década de noventa como constitutiva de uma ordem internacional fundamentada na promoção de direitos individuais que devem ser garantidos por todos os Estados. A utilização do conceito de estrutura constitucional desenvolvido por Reus-Smit (1999) e das contribuições teóricas do cosmopolitismo liberal permitiram entender como os aspectos normativos e ideacionais da ordem internacional do Pós-Guerra Fria informaram como o fenômeno das crianças-soldado foi incorporado e tratado na agenda internacional ao longo da década de noventa.

O conceito de estrutura constitucional da sociedade moderna de Estados permitiu compreender como houve a formação de uma ordem internacional moderna, assentada no direito internacional e em instituições multilaterais, que reproduz um conjunto de normas, princípios, valores e crenças intersubjetivas baseado no avanço das liberdades e direitos de todos os indivíduos (Reus-Smit, 1999). Com o fortalecimento do regime dos direitos humanos, a sua proteção se tornou em um dos elementos normativos da estrutura constitucional na medida em que a legitimidade dos Estados passou a estar vinculada com o seu comprometimento em respeitar os direitos estabelecidos pelas convenções e declarações que fazem parte desse regime (Reus-Smit, 2001).

A utilização das contribuições teóricas do cosmopolitismo liberal complementou e reforçou o conceito formulado por Reus-Smit ao ajudar a compreender como o avanço dos direitos individuais na esfera internacional significou o fortalecimento do ideal cosmopolita de construir uma ordem internacional onde os Estados estariam subordinados à autoridade do direito internacional e onde as fontes de legitimidade dos Estados estariam vinculadas com a garantia dos direitos humanos (Benhabib, 2006).

Além disso, as contribuições teóricas do cosmopolitismo liberal permitiram enxergar como a promoção dos direitos humanos na esfera internacional não pode ser desconectada do processo de fortalecimento da atuação das Nações Unidas e da sociedade civil global, sobretudo, na década de noventa (Held, 2009; Kaldor, 2003). Ao defender a formação de um consenso em torno da proteção dos direitos individuais na esfera global, as Nações Unidas e a sociedade civil global refletem as normas, princípios e crenças intersubjetivas da estrutura constitucional da sociedade moderna de Estados.

Sendo assim, as chaves teóricas utilizadas na dissertação permitiram entender como o discurso dominante construiu a criança-soldado a partir da sua associação com o surgimento de uma nova forma de conflito armado situada nos países do Sul e da Ex-União Soviética. Quando o fenômeno das crianças-soldado é identificado com a intensificação de guerras marcadas pela ausência do Estado e pela consequente violação do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, as Nações Unidas e as organizações não governamentais se tornaram os atores legítimos para lidar com o problema na medida em que as sociedades em

guerra não possuem meios para assegurar a proteção e o processo de desenvolvimento da sua população infantil.

Nesse sentido, procuramos argumentar como a emergência do discurso dominante é compatível discursivamente com os elementos normativos da estrutura constitucional da ordem internacional do Pós-Guerra Fria, mas também reproduz as lógicas coloniais inerentes que reforçam a própria necessidade de manutenção das suas instituições fundamentais, assim como os propósitos para a sua existência.

Ao reificar a autoridade legítima do Estado como o principal garantidor das liberdades e dos direitos fundamentais dos indivíduos, o discurso dominante atua na produção de hierarquias entre os Estados que possuem capacidade de se comprometerem com os valores, princípios e normas defendidos por essa ordem internacional e os Estados em conflito que são vistos como incapazes de proteger a sua população, sobretudo, a sua população infantil, dos efeitos das guerras. A realização dos padrões estabelecidos internacionalmente, particularmente, a CDC, passa a ser considerada o meio para a inclusão dos Estados na ordem internacional do Pós-Guerra Fria onde a fonte de legitimidade dos Estados está identificada com o avanço dos direitos individuais.

Entretanto, a tentativa de universalização do conceito de infância pela CDC silencia a diversidade de experiências vividas por todos os meninos e meninas envolvidos nos conflitos armados atuais. A construção de definições amplas sobre as crianças-soldado foram responsáveis por representá-las como atores passivos na condução do seu processo de socialização dentro dos grupos armados e de reinserção social nos contextos pós-conflitos. A problematização das narrativas dominantes teve como objetivo ressaltar a agência dessas crianças tanto na forma de lidar com suas experiências de guerra quanto na construção do seu papel no processo de reconstrução de suas sociedades.

Finalmente, a dissertação procurou utilizar e se inserir nas novas contribuições acadêmicas dentro da disciplina de Relações Internacionais que passaram a estudar o papel das crianças dentro da política internacional, problematizando os discursos que despolitizam o seu papel nas relações sociais e enfatizando a sua agência nos processos sociais. Sendo assim, os estudos sobre a infância podem ampliar o escopo de análise da disciplina, contribuindo, portanto, para o surgimento de novos entendimentos sobre os eventos internacionais.